

Maílson nos EUA: "um empurrão final no acordo."

O ministro começou seus contatos com os credores. E está otimista.

A proposta que os bancos credores apresentaram ao Brasil "é apenas um ponto de partida". Agora, haverá uma contraproposta, contou o ministro Maílson da Nóbrega, em Washington, durante um encontro com jornalistas. O ministro não quis antecipar qual é sua estratégia para a contraproposta, comparando-se a um militar que não pode revelar por qual flanco atacará. Mas não descartou a possibilidade de efetuar novos pagamentos de juros, desde que as negociações para um acordo de médio prazo estejam progredindo. "Vamos pagar tudo se tivermos certas garantias de que caminhamos para um acordo de médio prazo", disse Maílson, lembrando que o governo brasileiro pagou US\$ 350 milhões no último dia 2: "Se caminhamos, pagaremos fevereiro, o resto de janeiro e até março. Para isso, será preciso que certas partes do acordo estejam fechadas".

Os bancos, em sua proposta de 60 páginas entregue ao presidente do Banco Central, Fernando Milliet, na semana passada, ofereceram US\$ 5 bilhões, enquanto o Brasil lhes pedia US\$ 7,1 bilhões para 1987, 1988 e o primeiro trimestre ("e, talvez, também o segundo") de 1989. "Esta é uma proposta que leva em conta uma hipótese menos otimista. Os bancos colocaram a mais otimista. Mas tem um meio termo. Vou tentar obtê-lo", disse Maílson da Nóbrega. Explicou que veio a Washington para a reunião de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, e vai aproveitar para dar "um empurrão final no acordo de médio prazo". Sua ida ao FMI, durante esta visita, servirá para a discussão de "uma agenda de trabalho", porque as negociações de verdade serão conduzidas no Brasil, no final de março. Mas não há mais dúvidas: "Vamos voltar ao FMI até abril", prometeu.

Algumas vantagens

A proposta dos banqueiros "é muito



Maílson com o embaixador Marcílio Moreira: voltamos ao FMI até abril.

importante", segundo o ministro, "por ser a primeira que o Brasil recebe nos últimos três anos". E ela já abre fixando um montante (US\$ 5 bilhões) e o spread (taxa de risco), de 14/16 avos (ou 0,875), muito próximo do que foi concedido ao México e à Argentina (0,8125).

O Brasil paga hoje o spread mais alto, em média, da América Latina: 1,7. Se ele baixar para 0,8, ou mesmo 0,9, poderão ser poupados de US\$ 500 a US\$ 600 milhões. Quando o ministro Maílson da Nóbrega referiu-se a cinco semanas de negociações, um repórter comentou: "Mas já são cinco meses", levando em conta que a proposta brasileira foi apresentada aos banqueiros em 25 de setembro. "Ou vocês começam a contar o tempo de negociações sempre que muda a equipe de negociadores?"

O ministro Maílson explicou que "o estágio em que nos encontramos hoje é uma consequência da iniciativa de 25 de setembro: a estratégia vai se adaptando às circunstâncias. Não houve um rompimento dos princípios de Bresser Pereira". E enumerou alguns deles: "O acordo com os bancos não deve ser vinculado com o FMI. É necessária uma participação dos bancos para que o Brasil fique em dia com os pagamentos. E pretende-se obter um prazo adequado".

Foi a questão do prazo que levou o

governo brasileiro a retomar os pagamentos dos juros, como disse o ministro na reunião na casa do porta-voz da Embaixada do Brasil, Pedro Rodrigues, em Washington, anteontem à noite. "Isto foi cuidadosamente estudado. Pois o que se observava antes? De setembro a janeiro discutiu-se o acordo interino. Mas o que importa de fato é uma solução para a dívida, um acordo de médio prazo que elimine a incerteza. O Brasil sustentava que não tinha fluxo para pagar, que precisava de um pacote provisório. Estava na defensiva. E, ainda, ameaçado de ser desclassificado. Podíamos pagar 40% (dos juros atrasados) se os bancos

dessem os outros 60%. Quer dizer: um novo acordo interino ia gastar 40% de nossas reservas. Resolvemos que vamos gastar isso apostando num acordo de médio prazo."

Se os bancos estão oferecendo US\$ 5 bilhões, e o Brasil precisa de cerca de US\$ 7 bilhões, de onde tirar os US\$ 2 bilhões que faltam? Os credores perguntam, segundo o ministro Maílson da Nóbrega, "por que é que teriam de preencher a lacuna de nossos recursos? A solução tem de ser compartilhada. O Clube de Paris, o FMI, o Banco Mundial e o BID — todos devem ter uma contribuição expressiva. Os bancos tendem a ser otimistas com isso. E nós, prudentes. Quem nos garante, por exemplo, que teremos um calendário que nos permita concluir um acordo com o Clube de Paris?"

O programa do ministro Maílson, para esta quarta-feira, inclui um café da manhã, na residência do embaixador Marcílio Marques Moreira, com congressistas. Depois, às 10 da manhã, ele se reunirá com o pessoal brasileiro do Banco Mundial, almoçando a seguir com seu presidente, Barber Conable. Às 14h30, encontra-se com o presidente do Federal Reserve (Banco Central), Alan Greenspan. Às 16h, Maílson se encontrará com os correspondentes brasileiros, e às 20h jantará com o diretor-geral do FMI, Michel Camdessus.

Moisés Rabinovici, de Washington